

## A Razão como Virtude Radical: o Ego como Fundamento da Justiça? Uma leitura filosófica da ética objetivista de Ayn Rand

Luís Correia de Sá

### REVISÃO

#### RESUMO

Este artigo empreende uma análise filosófica de alta densidade especulativa da ética objetivista de Ayn Rand, interrogando se a razão pode legitimar-se como virtus radicalis e o ego individual como núcleo fundacional da justiça. Mediante uma metodologia hermenêutica orientada por exegese interna e confrontação crítica, com ênfase na obra *The Virtue of Selfishness* (1964) e na bibliografia acadêmica especializada, delinea-se o quadro conceptual do objetivismo em três eixos fundamentais:  $\alpha$ ) a razão enquanto faculdade cognitiva normativa;  $\beta$ ) o egoísmo racional enquanto princípio ético estruturante;  $\gamma$ ) o individualismo enquanto pressuposto necessário da arquitetura social justa.

A análise revela uma tentativa de ancoragem da normatividade na facticidade ontológica do humano – um naturalismo ético que procura legitimar os valores a partir da racionalidade enquanto forma-de-vida. Todavia, identificam-se fraturas conceptuais relevantes, inter alia, a problemática transição do plano ontológico para o deontico (ex facto ad ius), bem como a insustentabilidade prática de um individualismo absoluto face às exigências de coordenação em sociedades marcadas por interdependência estrutural. Não obstante tais limites, a ética randiana preserva um contributo distintivo ao (re)colocar a razão no centro da normatividade e ao denunciar a lógica sacrificial do altruísmo como dissolução da dignidade do sujeito. A sua proposta – embora tensionada por ambiguidades internas – persiste como provocação filosófica significativa, suscitando uma (re)configuração dos fundamentos da moral e da justiça em tempos marcados pela erosão da objetividade ética.

**Palavras-chave:** Ayn Rand; Objetivismo; Egoísmo racional; Ética; Razão; Individualismo.

**ABSTRACT**

This article engages in a philosophically rigorous analysis of high speculative density concerning Ayn Rand's objectivist ethics, interrogating whether reason can legitimize itself as *virtus radicalis* and the individual ego as the foundational nucleus of justice. Employing a hermeneutic methodology guided by internal exegesis and critical confrontation – with particular emphasis on *The Virtue of Selfishness* (1964) and specialized academic literature – the study delineates the conceptual framework of objectivism along three fundamental axes: ( $\alpha$ ) reason as a normative cognitive faculty; ( $\beta$ ) rational egoism as a structuring ethical principle; and ( $\gamma$ ) individualism as a necessary presupposition of a just social architecture.

The analysis reveals an attempt to anchor normativity in the ontological facticity of the human condition – an ethical naturalism that seeks to legitimize values through rationality as a form-of-life. However, significant conceptual fractures are identified, *inter alia*, the problematic transition from the ontological to the deontic plane (*ex facto ad ius*), as well as the practical unsustainability of an absolute individualism in light of the coordination demands inherent to structurally interdependent societies.

Notwithstanding these limitations, Randian ethics retains a distinctive contribution by (re)positioning reason at the center of normativity and exposing the sacrificial logic of altruism as a dissolution of the subject's dignity. Its proposal – though strained by internal ambiguities – endures as a significant philosophical provocation, prompting a (re)configuration of the foundations of morality and justice in an era marked by the erosion of ethical objectivity.

**Keywords:** Ayn Rand; Objectivism; Rational Egoism; Ethics; Reason; Individualism.

**Instituição afiliada** – doutorando em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

**Dados da publicação:** Artigo recebido em 30 de maio e publicado em 10 de julho de 2025.

**DOI:** <https://doi.org/10.36557/pbpc.v4i2.363>

**Autor correspondente:** Luís Correia de Sá

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## 1 INTRODUÇÃO

A problemática da fundamentação ética constitui, *ex origine*, uma das mais persistentes *quaestiones disputatae* da *philosophia moralis*, incidindo sobre o estatuto ontológico dos valores, a normatividade dos princípios regulativos da conduta e a possibilidade – ou a falência! – de um critério racional de universalização moral. Desde a aurora do pensamento especulativo no espaço greco-latino, a interrogação sobre os fundamentos do justo e do bem não cessou de projetar a tensão irresoluta entre *nomos* e *physis*, entre tradição e razão, entre comunidade e indivíduo.

É neste cenário de *disputatio* que irrompe a proposta ética de Ayn Rand – figura que, no contexto da ética filosófica contemporânea, não apenas desafia, mas subverte os eixos hegemônicos da moral ocidental. A sua ética objetivista – que se articula em torno do conceito de egoísmo racional – irrompe como gesto de desconstrução sistemática do paradigma altruísta, afirmando, de modo frontal e programático: “Ayn Rand made a forceful argument for claiming «selfishness» as a virtuous concept, worthy and necessary for promoting the best in human life as she envisioned it” (ENRIGHT, 2014, p. 39). A radicalidade desta proposição não reside na mera inversão semântica do vocábulo “selfishness”, mas na recondução da virtude à *ratio essendi* da vida humana enquanto afirmação ontológica do *Selbst*.

A estrutura fundacional da ética randiana – desenvolvida na obra seminal *The Virtue of Selfishness* – institui um corte epistemológico com toda e qualquer moralidade baseada em transcendências místicas ou consensos sociais convencionais. Numa reconfiguração ostensivamente naturalista, Rand escreve: “Ethics is not a mystic fantasy – nor a social convention – nor a dispensable, subjective luxury. ... Ethics is an objective necessity of man's survival – not by the grace of the supernatural nor of your neighbors nor of your whims, but by the grace of reality and the nature of life” (RAND, 1964, p. 19). Esta afirmação (de ressonância spinozista) devolve à ética o seu estatuto de *necessitas rationalis*, fundada não na superstição ou na heteronomia social, mas na própria estrutura da realidade (*Wirklichkeitsstruktur*) e na natureza vital do ser racional.

*Ethik*, neste sentido, é uma função interna da *Lebensordnung* da racionalidade, e não um mero *constructo* volitivo.

O conceito central de *rational selfishness* assume, portanto, uma função arquitetônica na axiologia objetivista. Não se trata, *in casu*, de uma apologia vulgar do interesse próprio, mas da instauração de uma ordem moral baseada na identidade ontológica do ser humano como ente consciente e agente. Nas palavras de Rand: “proudly advocates and upholds rational selfishness – which means: the values required for man's survival qua man—which means: the values required for human survival—not the values produced by the desires, the feelings, the whims or the needs of irrational brutes, who have never outgrown the primordial practice of human sacrifices” (RAND, 1964, p. 27). A oposição é aqui radical: *Vernunftwesen versus irrationale Unwesen*, razão *versus* sacrifício, autonomia *versus* regressão tribal.

A persistência do pensamento randiano no espaço filosófico não pode ser reduzida ao fenômeno cultural norte-americano nem circunscrita ao discurso político liberal. A sua proposta ética – embora frequentemente escamoteada pelos cânones da academia – foi reconhecida, *ex professo*, por autores como Tibor Machan: “I consider Rand's Objectivist ethics as a variety of ethical egoism, one of the several often-discussed ethical systems in moral philosophy” (MACHAN, 2001, p. 71). Tal reconhecimento configura não apenas uma legitimação epistêmica, mas uma inscrição da ética objetivista no campo da *Allgemeine Moralphilosophie*. Por outro lado, mesmo um dos seus críticos mais intransigentes, Slavoj Žižek, admite a singular força disruptiva da sua proposta: “The properly subversive dimension of her ideological procedure is not to be underestimated: Rand fits into the line of «overconformist» authors who undermine the ruling ideological edifice by their very excessive identification with it” (ŽIŽEK, 2002, p. 215). O que Žižek denuncia – mas simultaneamente admira – é a potência desestabilizadora de uma ética que assume sem culpa o excesso da norma.

Neste quadro, a questão que se perfila é uma concepção de justiça enquanto produto da razão e não da compaixão, da deliberação autônoma e não da solidariedade imposta. A racionalidade ética, enquanto *Sittlichkeit des Selbst*, reconduz-se a um individualismo intransigente, cujas implicações políticas são também formuladas com nitidez inapelável: “only individual men have the right to decide when or whether they wish to help others; society – as an organized political system – has no rights in the matter at all” (RAND, 1964, p. 57). A justiça, neste sentido, é função da liberdade individual,

não da distribuição forçada; é efeito da razão prática do sujeito, não de uma teleologia social exterior.

É a partir desta arquitetura conceptual que o presente artigo se propõe inquirir a plausibilidade filosófica da ética objectivista randiana, interrogando-se sobre a possibilidade – ou não – de conceber a razão como *virtus radicalis* e o ego como fundamento legítimo da justiça. A *quaestio iuris* que atravessa esta investigação pode ser formulada nos seguintes termos: é possível, a partir do princípio do egoísmo racional, erigir um sistema moral internamente coerente e suscetível de universalização, ou residirão nessa proposta contradições internas que fragilizam a sua validade enquanto filosofia moral?

Para tanto, adotaremos uma metodologia de análise textual rigorosa, centrada na leitura direta das obras de Ayn Rand, *ad casum* acompanhada por bibliografia secundária especializada. O desenvolvimento argumentativo distribuir-se-á em três grandes secções: α) a análise dos fundamentos teóricos da ética objectivista, com particular incidência sobre as categorias de razão, egoísmo racional e individualismo; β) a consideração das implicações político-jurídicas da ética randiana, especialmente no que tange à concepção de justiça e à organização social; e γ) uma avaliação crítica da consistência interna e da fecundidade filosófica do sistema objectivista, *iuxta ratione auctoris* e à luz da crítica especializada.

A relevância desta investigação ultrapassa o plano da história das ideias, incidindo sobre questões de acentuada atualidade filosófica e política: *inter alia*, a tensão entre individualismo e coletivismo, entre razão e sentimento, entre liberdade e tutela normativa. Num tempo de transições axiológicas e de reconfiguração da *Lebenswelt* contemporânea, pensar a justiça a partir do ego e da razão – tal como o faz Ayn Rand – constitui um desafio que exige ser enfrentado *sub specie philosophiae*, sem concessões à trivialização moral e ao sentimentalismo ético dominante.

## 2 METODOLOGIA

A presente investigação estrutura-se com base numa abordagem metodológica de natureza essencialmente qualitativa, inteiramente orientada por um procedimento hermenêutico de matriz filosófica, cujo escopo visa desvelar o horizonte de sentido que subjaz ao edifício teórico de Ayn Rand. A opção por tal via exegetica decorre da índole eminentemente especulativa do objeto formal da pesquisa, o qual – por não se deixar

apreender por instrumentos empíricos ou verificações fenomenológicas diretas – exige uma operação interpretativa rigorosa e ontologicamente fundada, capaz de captar, *in profundum*, a arquitetura interna das proposições, a lógica das conexões argumentativas e a tensão constitutiva entre os seus elementos normativos.

Constitui *corpus primarium* desta análise a obra maior de Ayn Rand, *The Virtue of Selfishness: A New Concept of Egoism* (1964), texto em que se cristaliza (de forma sistemática e programática) a fundamentação moral do objetivismo. Este escrito adquire, *in eo contextu*, estatuto de matriz doutrinal, enquanto *locus* de emergência das categorias centrais do sistema randiano: o egoísmo racional, a fundamentação naturalista da moralidade, a afirmação da autonomia do sujeito racional e a rejeição *in totum* das tradições éticas de índole altruísta ou sacrificial. A selecção desta obra justifica-se pela sua densidade conceptual e função estruturante no interior do *corpus* randiano, bem como pelo seu impacto direto sobre a recepção filosófica da autora e a sua consequente legitimação – ou contestação – no *forum academicum*.

Ao lado deste *corpus* primário, organiza-se um *corpus secundarium*, composto por um conjunto de textos analíticos e interpretativos selecionados segundo critérios de autoridade epistemológica e rigor exegético. A saber, destacam-se o estudo de Tibor Machan, “*Teaching Ayn Rand’s Version of Ethical Egoism*” (2001), o qual opera uma sistematização das categorias estruturantes do egoísmo racional, e o contributo crítico de Slavoj Žižek, “*The Actuality of Ayn Rand*” (2002), que identifica, em clave dialéctica, os pontos de fricção entre o pensamento randiano e a ideologia dominante no espaço político e filosófico ocidental. Estes textos foram integrados *secundum propriam significationem*, tendo em vista a sua densidade, o seu grau de sofisticação hermenêutica e a sua capacidade de elucidar as articulações internas da *philosophia iuris moralis* de Rand.

O processo analítico articula-se em conformidade com os princípios da hermenêutica filosófica, designadamente sob a forma de um tríptico metodológico que se desdobra nos seguintes momentos:  $\alpha$ ) identificação e clarificação terminológica das categorias centrais do sistema objetivista – *ratio*, *egoismus*, *Gerechtigkeit*, *Individuum* – através de uma leitura imanente e estrutural da obra fundacional;  $\beta$ ) reconstrução racional dos nexos argumentativos que sustentam o edifício moral randiano, com exame da sua consistência interna e da coerência lógico-axiológica dos seus pressupostos;  $\gamma$ ) confronto dialéctico com a literatura secundária especializada, de modo a aferir as potencialidades interpretativas, as fragilidades intrínsecas e as eventuais aporias do sistema analisado.

Este modelo operativo assume como pressuposto fundamental a immanente *Lektüre* dos textos, orientada *sub specie argumentationis*, ou seja, segundo as premissas internas e as regras de coesão lógico-semântica que governam o discurso randiano, recusando, deste modo, tanto a leitura anacrônica quanto a projeção ideológica exógena. Tal atitude hermenêutica – fundada numa rigorosa *Selbstbeschränkung* metodológica – permite que a investigação se mantenha fiel ao seu objeto, conservando a tensão entre exegese interna e crítica filosófica, sem se diluir/ esmaecer em leituras moralistas ou sociologizantes.

A análise conceptual constitui o *instrumentum primarium* da investigação, sendo mediante ela que se procede à determinação precisa dos significados operacionais dos conceitos cardinais da ética randiana. Interessa, *in primis*, não exclusivamente a definição estática dos termos, mas a análise das suas inter-relações sistemáticas – *Begriffsnetz* – e o mapeamento das suas funções regulativas no interior da construção moral. A cada conceito – razão, egoísmo racional, individualismo, justiça – corresponde uma função epistémica e normativa distinta, cuja elucidação exige exame técnico-conceptual e vigilância filológica.

Reconhece-se, *pro hac vice*, que a adopção de uma abordagem exclusivamente textual comporta limitações metodológicas intrínsecas, nomeadamente a ausência de falsificabilidade empírica e a inevitabilidade de mediações interpretativas. Todavia, tais limites não comprometem a fecundidade especulativa do método, desde que sejam compensados por critérios de análise internos consistentes e pela articulação crítica com a literatura especializada. Acresce que, tratando-se de uma investigação situada no domínio da filosofia moral – cujo *τέλος* é por definição especulativo –, a adopção de uma metodologia de índole hermenêutica e argumentativa não é somente admissível, mas *in actu* epistemologicamente imprescindível.

### 3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A análise da ética de Ayn Rand revela uma arquitetura filosófica cuja tessitura interna obedece a uma lógica de articulação sistemática, rigorosa e escalonada, erigida sobre três eixos estruturantes:

- α) a razão enquanto *facultas cognoscitiva* suprema;
- β) o egoísmo racional como *principium ethicum radicale*;

γ) o individualismo como *Grundnorm* da organização social justa.

A presente investigação opera um escrutínio minucioso destas categorias matriciais, examinando a sua coerência interna, as suas implicações normativas e a forma como se inscrevem no panorama exegético da literatura especializada contemporânea.

## **A Razão como Virtude Radical: Fundamentos Epistemológicos da Ética Objectivista**

*In limine*, a concepção randiana da razão como virtude ontológica fundamental e como fundamento regulativo da ação moral conhece a sua expressão mais lapidar em *The Virtue of Selfishness*, onde se lê: “Ethics is an objective necessity of man's survival – not by the grace of the supernatural nor of your neighbors nor of your whims, but by the grace of reality and the nature of life” (RAND, 1964, p. 19). Esta proposição não se limita a denunciar a fragilidade das fundamentações transcendentais e intersubjetivas da ética, mas propõe, *in eo contextu*, uma (re)configuração ontológica da moralidade, cuja *Begründung* se ancora na estrutura da realidade e na natureza do animal racional.

Neste plano de inteligibilidade, a recusa do misticismo, do emotivismo e do convencionalismo moral corresponde a uma *Entschlossenheit* radical: a de pensar a ética como expressão direta da ordem do ser, e não como superestrutura cultural. Como assinala Lukáš Arthur Švihura, a abordagem de Rand caracteriza-se por “placing emphasis on such a relationship between facts and values in which values result from the facts of reality, as well as in the very understanding of the objectivity of values that Rand identifies with long-term life goals and identifies them as an objective necessity for an individual's life” (ŠVIHURA, 2024, p. 28). *Sub ratione valoris*, a moralidade é concebida como emergência natural da existência humana enquanto ser consciente dotado de finalidade própria (*αὐτοτελής*), e não como injunção normativa heterónoma.

A razão, *in hoc ambitu*, assume uma função bifronte: ela é simultaneamente *organon* de acesso ao real e critério de normatividade moral. Como refere Tibor Machan: “I consider Rand's Objectivist ethics as a variety of ethical egoism, one of the several often-discussed ethical systems in moral philosophy” (MACHAN, 2001, p. 71). Este reconhecimento inscreve a proposta da autora no conjunto das teorias éticas sistematicamente debatidas, revelando a sua especificidade: a conjunção entre *Vernunft* e

egoísmo, não como opostos, mas como co-originários de uma mesma *ontologische Bestimmung* do humano.

*Quod attinet* à estrutura normativa do sistema, a elevação da razão à condição de virtude fundante conduz à rejeição sistemática das correntes que submetem a racionalidade à autoridade da tradição, da emotividade ou da irracionalidade coletiva. Gregory Salmieri ilumina esta dimensão ao afirmar: “When Ayn Rand is studied in philosophy classes, it is most often in connection with her defense of ethical egoism and rejection of altruism. Though this is a striking aspect of her moral theory, and it is the one that she most often highlighted, she did not think that the question to which egoism and altruism are contrary answers was the central or fundamental issue in moral philosophy” (SALMIERI, 2016, p. 130). *Re vera*, a questão cardinal em Rand não é a oposição entre egoísmo e altruísmo, mas a fundação ontológica dos valores enquanto expressão da natureza racional do homem. O problema da ética, assim assimilado, é anterior à sua mediação social ou política: trata-se da *Begründung* dos valores como condição de possibilidade da vida humana enquanto tal.

### ***Selbstbehauptung*: o Egoísmo Racional como Princípio Ético Central**

A concepção do egoísmo racional constitui, *in totum*, a contribuição mais disruptiva e simultaneamente mais especulativamente robusta da ética objetivista. Rand define o conceito com inexcusável clareza: “The Objectivist ethics proudly advocates and upholds rational selfishness – which means: the values required for man's survival qua man – which means: the values required for human survival – not the values produced by the desires, the feelings, the whims or the needs of irrational brutes, who have never outgrown the primordial practice of human sacrifices” (RAND, 1964, p. 1). Esta enunciação estabelece (com autoridade semântica) uma ruptura categorial com o egoísmo vulgar (*Gemeinplatz des Eigennutzes*), e propõe uma ética alicerçada na condição do sujeito como *ens rationale*.

*In eo contextu*, a leitura exegética de Raham Sharaf e Seyyed Hassan Eslami Ardakani clarifica a distinção entre o egoísmo randiano e formas hedonistas ou utilitaristas: “Different interpretations have been offered for ethical egoism. Ayn Rand believes that man should not sacrifice himself for others, and should not sacrifice others for himself either. According to this interpretation, the primary and natural goal of any

living creature is to protect itself. The ethical value of each deed is also defined based on the same goal” (SHARAF; ARDAKANI, 2015, p. 31). Emergindo *in radice* como ética da não-sacrificialidade, a proposta randiana preserva a inviolabilidade da individualidade moral sem se degredar em derivações anômicas de cunho nihilista ou atomista.

A justificação do egoísmo como virtude foi objeto de *quaestiones disputatae* na tradição acadêmica contemporânea. Sitong Li observa: “Egoism, nowadays, has centered the attention of our competitive society. The goal of this article is to provide some insight into egoism by revealing egoism as a virtue or as a vice under different theoretical and factual support by examining literature research” (LI, 2022, p. 1287). Esta interpelação situa o debate randiano no *zeitdiagnostisches Gefüge* das discussões atuais em torno das categorias de responsabilidade, liberdade e interesse próprio.

*Ad rem*, a originalidade da posição randiana radica na sua tentativa de enraizar o egoísmo racional numa *anthropologia philosophica* objetivista. A inscrição desta racionalidade ética na tessitura contextual empresarial é tematizada, com rigor analítico, na leitura sistemática proposta por LEWIS (1992, p. 67): “The purpose of this paper is to present the essence of Ayn Rand's theory of rational egoism and to indicate how it is the only ethical theory that can provide a foundation for ethics in business”. Com efeito, a extensão do egoísmo racional ao plano económico não é mera ilustração: constitui a manifestação da pretensão sistemática do objetivismo a uma moral *totalis*, aplicável a todas as esferas da *praxis* humana.

Finalmente, a crítica ao altruísmo configura uma matriz do edifício argumentativo de Rand. Marsha Familiaro Enright, em “The Problem with Selfishness” (ENRIGHT, 2014), denuncia a confusão reiterada entre egoísmo racional e formas rudimentares de interesse próprio, sublinhando que esta distorção tem obscurecido a inteligibilidade da proposta randiana, cujo escopo é precisamente o de articular, de forma coerente, o princípio de *Selbstbehauptung* e a exigência da responsabilidade moral, não como antinomias, mas como *komplementäre Momente* de uma vida racionalmente vivida.

## **O Individualismo como Fundamento da Justiça**

A concepção de justiça no pensamento randiano estrutura-se em torno de um *individualismus methodologicus et normativus*, que se apresenta como a *ratio essendi* da sua filosofia político-moral. Tal perspectiva alcança formulação mais sistemática em

*Capitalism: The Unknown Ideal*, onde Rand explicita: “the moral justification of capitalism lies in the fact that it is the only system consonant with man’s rational nature, that it protects man’s survival qua man, and its ruling principle is: justice” (RAND, 1967, p. 17). Nesta enunciação, a justiça é reconduzida à proteção dos direitos individuais, afastando-se, *in totum*, das concepções distributivistas e utilitaristas.

David Mayer, em “Completing the American Revolution” (MAYER, 2008), situa a filosofia randiana no horizonte do liberalismo fundacional norte-americano, (re)conhecendo nela uma radicalização coerente dos ideais de autodeterminação e liberdade individual. *Sub hoc respectu*, o individualismo não emerge como ruptura, mas como *Vertiefung* de uma tradição especulativa já consagrada.

A vitalidade hermenêutica da proposta de Rand manifesta-se também na cultura mediática contemporânea, como demonstrado por Christie Maloyed em “Mad Men and the Virtue of Selfishness” (MALOYED, 2014). Segundo a autora, a série *Mad Men* funciona como *laboratorium ethicum*, onde os dilemas do individualismo competitivo são dramatizados. “When Bert Cooper praises Draper for being a reasonable and self interested man, he is complimenting Draper not only on his ability to think rationally but also for his talents as an independent, creative businessman who refuses to sacrifice himself to corporate pressure” (MALOYED, 2014, p. 19).

Por fim, a dimensão literária da filosofia randiana alcança expressão paradigmática em *Anthem*, obra que encena a destruição da individualidade sob o jugo coletivista. A narrativa revela-se como *mise en scène* das implicações últimas do abandono da razão individual, convertendo-se numa alegoria filosófica da condição humana ameaçada pelo nivelamento moral e pela erosão da responsabilidade pessoal.

### ***Critik als Widerstand: Críticas e Limitações da Ética Objectivista***

A recepção académica do pensamento de Ayn Rand tem sido marcada por uma tensão irresoluta entre o carácter disruptivo da sua proposta e as fragilidades que nela se entrevêm – quer ao nível da coerência interna, quer no plano da viabilidade normativa. *Sub specie criticae*, Slavoj Žižek, num movimento interpretativo que combina a hermenêutica da suspeita com um diagnóstico das patologias da modernidade tardia, sustenta que “The Actuality of Ayn Rand” (2002, p. 226) reside precisamente na tentativa de (re)inscrever a prática filosófica num quadro de racionalidade centrada no sujeito –

mesmo que tal movimento revele, *ex parte objectivismi*, lacunas relevantes. Žižek imputa ao objetivismo uma inaptidão para apreender a densidade das relações sociais sob condição tardomoderna: ambivalentes, contingentes, estruturalmente mediadas. A racionalidade randiana, fundada sobre um *solipsismus anthropocentricus*, negligenciaria a *Verflechtung* entre sujeito e instituições, entre autonomia e formação social.

Entre os reparos mais recorrentes ergue-se a problemática da universalizabilidade dos princípios éticos objetivistas. À luz de uma lógica kantiana, poder-se-ia perguntar se o princípio do egoísmo racional é susceptível de elevação à condição de *Sittengesetz* universal. A obra “Objectivism: The Proper Alternative to Postmodernism” (GHATE; LOCKE, 2003, p. 262), numa tentativa apológica, procura conjurar esta crítica, defendendo o objetivismo como – *gegen den Relativismus* – uma via intersticial entre o nihilismo valorativo pós-moderno e o dogmatismo moral de matriz tradicional: “Is it possible to defend reality, reason and objectivity against the assault of Postmodernists? We believe so. We offer Ayn Rand’s philosophy of Objectivism as the antidote”. A tese pressupõe, *ex hypothesi*, que a razão humana não apenas tem acesso ao real, como é capaz de discernir nele os elementos normativos fundamentais à convivência social justa.

No plano da *praxis* económica, a transposição dos fundamentos objetivistas para o âmbito da ética empresarial despoleta novas interrogações, sobretudo quanto à compatibilização entre *rational selfishness* e responsabilidade social: “Two errors are commonly committed in today’s courses on, and discussions of, business ethics. One error is the failure to include ethical theory at all” (LEWIS, 1992, p. 67). Esta lacuna é interpretada como sintoma de uma deriva pragmática que ignora os fundamentos normativos da prática económica; é neste *Spannungsfeld* que a proposta randiana – com o seu formalismo axiológico e apelo à razão! – surge como alternativa possível – ainda que sujeita a reservas quanto à sua concretização *in actu*.

Por fim, não se pode omitir a crítica mais grave: a da incompletude sistémica da filosofia randiana. Como adverte David Mayer, “Objectivism is incomplete. Among the many areas where gaps or inconsistencies appear in Rand’s presentation of the philosophy, not only in *Atlas Shrugged* but in her subsequent nonfiction works, are those most relevant to the completion of the American Revolution: political philosophy and philosophy of law. Among other things, a comprehensive theory of rights (particularly of constitutional rights, or rights against the government) and a contextualist theory of constitutional interpretation need to be developed” (MAYER, 2008, p. 211). A ausência de um *τέλος* jurídico-político plenamente formulado compromete a pretensão sistemática

da ética randiana enquanto *Weltanschauung* integral (impondo a necessidade de um trabalho conceptual ulterior que (re)inscreva a teoria dos direitos e da interpretação constitucional no *logos* normativo da razão objetivista).

### *Σύνθεσις Critica et Axiomata Terminalia*

A travessia hermenêutica levada a cabo nesta investigação possibilitou a anamnese sistemática do *logos* normativo subjacente à ética objetivista, evidenciando-se nela uma *architektoniké* conceptual que – longe de configurar uma deriva retórica – emerge enquanto tentativa de reconfiguração dos alicerces do juízo moral a partir de uma ontologia da razão ativa. O tríptico estruturante – razão, egoísmo racional e individualismo – não se apresenta como simples disposição agregativa, mas como *Gefüge* interno de um sistema que pretende fundar, *in actu exercito*, a teleologia moral sobre uma *ἐπιστήμη* imanentista de traço naturalista. Ora, esta pretensão fundacional – radical e autocentrada! –, ao reclamar para si o estatuto de universalidade normativa, acaba por expor, em contrapartida, as fissuras latentes da própria edificação teórica.

A nuclearidade atribuída à razão enquanto *virtus ordinans* não se exime à crítica decorrente do seu deslocamento da esfera gnosiológica para o domínio deontológico, efectuando-se, *sub rosa*, uma translação que subsume a heterogeneidade da *praxis* moral sob um modelo de racionalidade instrumental ou auto-legisladora. Destarte, o cerne da problemática reside na alegada possibilidade de dedução do dever-ser a partir do ser – *vom Sein zum Sollen* – sem recorrer a mediações transcendentais ou a convenções sócio-históricas. A tentativa de Rand de obliterar esta clivagem fundamental entre facticidade e normatividade – embora intelectualmente audaz – desemboca numa forma de naturalismo axiológico cuja consistência permanece, *sub aspectu criticum*, altamente discutível. Com efeito, a heteronomia das formas culturais e a polifonia histórica dos sistemas éticos convergem para assinalar o carácter contingente (senão mesmo arbitrário!) de qualquer absolutização normativa *ex natura rerum*.

No plano *praxeologico-politicum*, o *homo oeconomicus* randiano, reificado como sujeito soberano da ação racional, opera uma redução da complexidade intersubjetiva a esquemas decisoriais fundados em auto-interesse e auto-suficiência. Esta abordagem monádica do sujeito moral choca frontalmente com as configurações atuais da vida social, marcadas por uma densa *Verflechtung* entre esferas de interdependência estrutural e dinâmicas de vulnerabilidade recíproca. O pressuposto de que o tecido normativo da

justiça possa emanar exclusivamente do *Ich* racional autônomo revela-se conceitualmente insuficiente para responder aos imperativos da *conditio* humana no interior de sistemas altamente complexificados.

*Verum est* que, apesar dessas limitações estruturais, o Objetivismo randiano – enquanto *Weltanschauung* moral – detém um potencial heurístico que não pode ser negligenciado. A insubmissão perante os modelos sacrificialistas da ética tradicional, a valorização da razão enquanto eixo axial da vida boa, e a postulação de uma ordem social ancorada na responsabilidade individual e na liberdade negativa são elementos que (mesmo sob o signo da controvérsia) obrigam à (re)consideração de categorias fundamentais da teoria moral e política. *Argumentum ex existentia*, a persistente presença das suas teses no espaço académico e no imaginário cultural revela que, para além das lacunas sistemáticas e das simplificações antropológicas, ele permanece como sintoma e expressão de uma tensão constitutiva entre autonomia e vínculo, entre singularidade e ordem.

Neste sentido, a ética randiana deve ser lida (assimilada/ compreendida) não como um corpo fechado e conclusivo, mas como uma *provocatio philosophica* que (re)instaura (sob o signo da razão auto-fundante!) a indagação do *téλος* ético numa época marcada pela dissolução dos referentes normativos tradicionais. O seu fracasso – real ou apenas aparente – revela-se, *ad extremum*, como potência crítica e gesto inaugural: um apelo ao pensamento em tempos de cinismo normativo e crise de justificação.

#### 4 CONCLUSÃO

A presente investigação, desenvolvida sob o signo de uma análise hermenêutica intrinsecamente rigorosa, permitiu delinear uma resposta meticulosa à *quaestio directrix*: poderá a razão constituir-se como virtude radical e o ego individual como fundamento legítimo da justiça, *in systemate objectivista propositum per Ayn Rand*? A resposta que emerge – *non sine ambiguitate* – articula, em tensão dialéctica, o potencial estruturante do modelo randiano com as suas latentes fragilidades ontológico-normativas.

A leitura atenta de *The Virtue of Selfishness* permite entrever uma tentativa de edificação de uma ética ancorada numa concepção naturalista da existência racional – aquela em que os valores morais emergem *ex natura hominis* e não *ex arbitrio voluntatis* nem *ex revelatione transcendentis*. Como afirma Rand: “It is not a mere semantic issue nor a matter of arbitrary choice. The meaning ascribed in popular usage to the word

«selfishness» is not merely wrong: it represents a devastating intellectual «package-deal,» which is responsible, more than any other single factor, for the arrested moral development of mankind” (RAND, 1964, p. 5). Este pronunciamento traduz uma intenção de (re)fundação da *grammatica moralis* moderna, num gesto que opera *gegen die Konvention* e propõe uma (re)articulação dos fundamentos éticos sobre um eixo racionalmente reconstruído.

Neste quadro reflexivo, a razão não é apenas *facultas* cognitiva, mas *primum principium* normativo. Ela estrutura o discurso moral ao mesmo tempo como episteme (*ἐπιστήμη*) e como *lex* interior, instaurando um vínculo ontológico entre o ser racional e o agir ético. O modelo randiano opera uma junção entre gnoseologia e deontologia, aspirando a (re)conduzir a moralidade ao *logos* estruturante da realidade, *gegen jede Form der Willkür*. Esta operação resulta numa crítica imanente tanto ao emotivismo relativista quanto ao transcendentismo moralista.

O egoísmo racional – *qua ratio vivendi et principis ethicae* – é enunciado como princípio de não-sacrifício e defesa da autonomia integradora. A fórmula de Rand – “concern with one’s own interests” (RAND, 1964, p. 5) – esconde, sob uma aparente simplicidade lexical, uma estratificação ideativa que requer exegese intensiva. Não se trata de auto-indulgência, mas de um *Selbstbejahung* racionalmente delimitado, que recusa o niilismo altruísta e, simultaneamente, evita a instrumentalização do outro. A sua arquitetura denota, *in re*, uma tentativa de superação da antinomia entre interesse próprio e justiça distributiva, ao (re)inscrever o ego como sujeito de deveres e não apenas de direitos.

A justiça, *sub specie objectivismi*, é concebida como epifenómeno da racionalidade individualizada. Ela opera *per negationem* da violência estrutural do altruísmo compulsório, promovendo, em contrapartida, uma ordem fundada na não-agressão, na reciprocidade voluntária e na inviolabilidade do eu racional. “The ethics of altruism has created the image of the brute, as its answer, in order to make men accept two inhuman tenets: (a) that any concern with one’s own interests is evil, regardless of what these interests might be, and (b) that the brute’s activities are in fact to one’s own interest (which altruism enjoins man to renounce for the sake of his neighbors)” (RAND, 1964, p. 5). Esta denúncia funda-se numa hermenêutica crítica do sacrifício como fundamento ético inaceitável.

A recepção acadêmica, marcada por *oscillatio* entre demonização e recuperação crítica, revela – *juxta ratione auctorum* – tanto a polarização ideológica provocada pela

autora quanto a pregnância das suas intuições estruturantes. A persistência de Rand no horizonte da filosofia moral e política atesta, argumento *ab effectu*, a capacidade da sua proposta para interpelar – mesmo que pela negação! – as coordenadas do pensamento ético contemporâneo.

Contudo, *ex parte conceptus*, a tentativa randiana de derivar valores morais do *ordo naturalis* esbarra em objeções canônicas relativas à transição do ser ao dever (*ex facto ad ius*), denunciadas desde Hume. Esta vulnerabilidade – teórica e metodológica – compromete a aspiração fundacional da construção da autora e precipita a aporia da *Grundlegung* última da moral, num contexto onde a mera facticidade ontológica não garante a legitimidade normativa.

No plano praxeológico, a sua implementação desencadeia reservas pertinentes quanto à sua eficácia em contextos de interdependência estrutural – *von globaler Notwendigkeit* – como crises climáticas, pandemias ou miséria sistêmica. A rigidez do individualismo metodológico (se não for compensada *ex aequo et bono*) tende a subestimar a densidade social do real e a complexidade da justiça em contextos multicêntricos.

*Nichtsdestoweniger*, Rand legou (ao discurso filosófico contemporâneo) uma crítica incisiva ao sacrifício moral institucionalizado e uma reabilitação da razão como *virtus prima philosophiae moralis*. Num tempo em que o discurso ético é crescentemente permeado por irracionalismos emocionais e cinismos niilistas, a sua proposta apresenta-se como *Stachel im Fleisch* das ortodoxias dominantes, obrigando ao (re)pensamento/ (re)equacionamento do lugar do sujeito racional na configuração do justo.

A interrogação que intitula esta investigação – A Razão como Virtude Radical: o Ego como Fundamento da Justiça? – encontra, *in* horizonte randiano, uma resposta afirmativa sob condição: sim, se a razão for compreendida como faculdade de reconhecimento objetivo e normativo da realidade humana; sim, se o ego for compreendido como instância racional autolimitada, e não como vontade soberana indiferenciada. O “sim” randiano é, pois, condicional – e insuficiente/ deficitário sob múltiplas dimensões! –, ancorado num *pathos* de lucidez trágica.

Em última análise, o contributo de Ayn Rand reside não somente nas teses que propõe, mas, sobretudo, nas fissuras que abre no edifício do pensamento moral vigente. O seu sistema ético – mesmo que não aceite *in totum* – instaura (e instiga) uma provocação intelectual que resiste à indiferença. Como gesto filosófico, representa uma epíclese do

*logos*, que incita a (re)pensar, *ad oculos*, as condições de possibilidade de uma vida justa, livre e racionalmente orientada – *trotz allem*.

## 5 REFERÊNCIAS

ENRIGHT, Marsha Familiaro. The Problem with Selfishness. *The Journal of Ayn Rand Studies*, v. 14, n. 1, p. 38-54, jul. 2014.

GHATE, Onkar; LOCKE, Edwin A. Postmodernism and management: pros, cons and the alternative. *Research in the Sociology of Organizations*, v. 21, p. 251–280, 2003. ISSN 0733-558X. DOI: 10.1016/S0733-558X(03)21009-1.

LEWIS, John David. Ayn Rand's objectivist ethics as the foundation for business ethics. In: McGEE, Robert W. (ed.). *Business ethics and common sense*. Westport, CT: Quorum Books, 1992. p. 67–88.

LI, Sitong. Is Egoism A Virtue Or A Vice. *Journal of Education, Humanities and Social Sciences*, v. 8, 2022. EPHHR 2022.

MACHAN, Tibor R. Teaching Ayn Rand's Version of Ethical Egoism. *The Journal of Ayn Rand Studies*, v. 3, n. 1, p. 71-81, outono 2001.

MALOYED, Christie L. Mad Men and the Virtue of Selfishness. *Journal of Popular Film and Television*, v. 42, n. 1, p. 16-24, 2014. DOI: 10.1080/01956051.2013.787041.

MAYER, David N. Completing the American Revolution: The Significance of Ayn Rand's *Atlas Shrugged* at its Fiftieth Anniversary. *The Journal of Ayn Rand Studies*, v. 9, n. 2, p. 191-219, primavera 2008.

RAND, Ayn. *Capitalism: the unknown ideal*. New York: Signet, 1967.

RAND, Ayn. *The Virtue of Selfishness: A New Concept of Egoism*. New York: Signet Books, 1964.

SALMIERI, Gregory. Egoism and Altruism: Selfishness and Sacrifice. In: GOTTHELF, Allan; SALMIERI, Gregory (Ed.). *A Companion to Ayn Rand*. 1. ed. [S.l.]: John Wiley & Sons Ltd., 2016.

SHARAF, Raham; ARDAKANI, Seyyed Hassan Eslami. Ayn Rand's Egoism: Theory and Analysis. *Religious Inquiries*, v. 4, n. 7, p. 31-42, inverno e primavera 2015.

ŠVIHURA, Lukáš Arthur. Philosophy of values and ethics in Ayn Rand's axiological objectivism. *Ethics & Bioethics (in Central Europe)*, v. 14, n. 1-2, p. 28-40, 2024. DOI: 10.2478/ebce-2024-0003.

ŽIŽEK, Slavoj. The Actuality of Ayn Rand. *The Journal of Ayn Rand Studies*, v. 3, n. 2, p. 215-227, primavera 2002.